



A educação, como núcleo catalisador das propostas para a infância: um espaço privilegiado no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância

Jerusa da Silva Gonçalves Almeidaⁱ
Gilson Ruy Monteiro Teixeiraⁱⁱ
Ivana Conceição de Deus Nogueiraⁱⁱⁱ

EIXO TEMÁTICO: Educação e Infância

Resumo

Este artigo é resultado parcial de pesquisa sobre a situação do menor na Bahia, a qual tem como objetivo realizar um estudo acerca do processo de encaminhamento e acolhimento de crianças identificadas como pobres, delinquentes e ou abandonadas, na atualidade, e o fenômeno da institucionalização do passado. Apresentamos aqui o estudo das preposições apresentadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à infância, realizado no Rio de Janeiro, em 1922, particularmente, no que tange às ideias defendidas a favor da educação da criança pobre, pautadas nos conceitos de higienização e moralização. A educação, como núcleo catalisador das propostas para a infância, ganhou um espaço privilegiado em todas as seções do Congresso.

Palavras-chave: Infância. Educação. Moralização.

Abstract

This is the result of a partial research about children's situation in Bahia, which aims to conduct a study on the routing process and refuge of children identified as poor, delinquent and or helpless, nowadays, and the phenomenon of the past's institutionalization. Here are the study of the prepositions presented at the First Brazilian Congress for the Protection of Childhood, held in Rio de Janeiro, in 1922, particularly, in regard to the ideas advocated for the education of poor child, guided by the concepts of hygiene and moralization. Education, as the catalyzer converter nucleus of proposals for childhood, earned a privileged place in all sections of the Congress.

Keywords: Childhood. Education. Moralization.

1 Introdução

O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, organizado por uma comissão composta de intelectuais de amplo reconhecimento nacional, contou com a participação de delegados de vários estados do país. Entre os presentes havia também os membros do 3º Congresso Americano da Criança, oriundos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, EUA, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Cuba, Panamá,

São Salvador, Uruguai, Venezuela, assim como um representante italiano, Ernesto Cacacce, da Universidade de Nápoles (KUHLMANN JR, 2002). Ambos os eventos ocorreram durante a Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência, de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922.

Em sua programação, dividida em cinco seções, o Primeiro Congresso de Proteção à Infância abordou temas específicos sobre Sociologia e Legislação (Particularmente em relação à família e à coletividade), Assistência (Em relação à mulher grávida, mãe e nutriz e às crianças da primeira infância), Pedagogia (Especialmente o tema da Psicologia infantil e da educação física, moral e intelectual, inclusive da educação profissional), Medicina Infantil (Pediatria em geral, cirurgia, ortopedia e fisioterapia), e Higiene (Eugenia, higiene pública e privada da primeira e da segunda idade, higiene pública, principalmente das coletividades, sobretudo a higiene escolar). Estas distintas seções demarcaram os interesses de diferentes grupos de intelectuais, o que resultou em que muitas das recomendações do evento fossem incorporadas no Código de Menores de 1927. (WADSTWORTH, 1999).

Com base nas ideias divulgadas, especialmente na terceira e quinta seções dedicadas a Pedagogia e a Higiene, observa-se que a saúde e a educação se entrelaçam nas propostas sobre a educação das crianças, de tal modo que se tornam mutuamente subordinadas ao propósito de construir as bases da nação moderna. Os temas abordados giram em torno de três fundamentos que se articulam a todo o momento, ou seja, o da produção da nação moderna, da caracterização da pedagogia e da criança, como objeto de conhecimento e do papel da educação como meio ordenador da sociedade. A criança, ao mesmo tempo em que é percebida pelo que lhe falta, pelas carências que apenas a maturação e a educação poderiam suprir, é também vista como ser que deveria ser regulado e normalizado para o convívio social. A educação, como núcleo catalisador das propostas para a infância, ganhou um espaço privilegiado em todas as seções do Congresso (KUHLMANN JR, 2002).

2 O lugar da Criança e o papel da Escola em algumas das preposições apresentadas nas Seções de Pedagogia e Higiene do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à infância

No trabalho intitulado *A Educação como Hábito*, o autor Luiz Gomes Pereira (1922), destaca como principal entrave para o desenvolvimento do Brasil, a sua desorganização administrativa, da qual todos são, mais ou menos, vítimas. Em contrapartida, a educação é vista como meio para alavancar a cultura e para cuidar da saúde do povo brasileiro. Como

providências urgentes, relativas à valorização do papel do professor, ressalta-se a necessidade de uma melhor remuneração e o apoio que as famílias deviam dar-lhe, ao aconselhar seus filhos a seguirem os ditames do mestre, aprendendo com eles, o que lhes foi ensinado. A ênfase no método da educação, pelo hábito, revela a compreensão de que a sua introdução na instrução pública primária dependeria muito do professor. Ao comentar acerca das contradições presentes nos discursos acerca da valorização da educação primária, em nosso país, o autor acrescenta: “Quando vejo um paiz tão grande e cheio de riquezas latentes, servido por nacionais tão mofinos, a alma cae-me aos pés e me interrogo por que semelhante anomalia”. (p. 408).

O representante do Estado de Minas Gerais, Firmino Costa (1922), ao apresentar o tema *A formação do Professor Primário*, enfatiza que a presença, em cada canto do país, de pelo menos um professor primário seria condição necessária para a organização do serviço de proteção à infância, em todo o Brasil. Caberia a este professor, visto como um “protetor de crianças”, torná-las cidadãos dignos de uma sociedade civilizada. A reorganização do ensino normal é defendida como importante medida para imprimir à instrução primária uma nova orientação. A proposta de reorganização do ensino normal apresentada por Firmino Costa (1922), dando-lhe caráter profissional, preconiza a imagem do professor como “amigo e protetor das crianças”, “conhecedor da higiene”, “operário das cidades”, “hábil profissional” e, ao mesmo tempo, “valioso elemento social”. A execução do programa da educação escolar deveria buscar inspiração no problema da educação popular, expresso nos seguintes termos: instrução, assistência e trabalho. O ensino do trabalho, proporcionado no curso normal, consistiria no cultivo da terra, na modelagem e nas artes domésticas.

Porque para nosso paiz a escola primaria representa quase o único meio educativo para a maioria das creanças, a sua organização e funcionamento devem ser taes que produzam o máximo de aproveitamento para os alumnos. (...) Ora, essas creanças, representadas principalmente pela infancia que irá constituir o operariado, devido a seu grande numero, serão importantes fatores do engrandecimento nacional, si vierem a compenetrar-se da cooperação, que lhes cumpre dar ao mesmo. (COSTA, 1922, p.478).

Clemente Quaglio (1922), no texto intitulado *Estudo sobre a atenção de cem creanças brasileiras*, ao defender a importância de se seguir de perto os ditames da Pedagogia Científica, nas escolas primárias do Brasil, cita como referência um artigo publicado no Jornal “Estado de São Paulo”, datado de 19 de setembro de 1915, intitulado: “*O ensino nas escolas primarias – Novo rumo a seguir*”. Para este autor, a ênfase deveria recair sobre a necessidade

de investigações complexas acerca do organismo físico e psíquico das crianças. A partir dessas investigações, a prática do processo educativo conduziria à busca contínua pelo equilíbrio entre higiene corpórea e higiene da mente; pela harmonização entre educação física e educação intelectual. O mesmo autor, em segundo trabalho, *Comparação entre a Psychologia da Crença e a do Homem Feito*, se refere à psicologia infantil como uma psicologia evolutiva. Em sua opinião, para que se possa conhecer a psicologia do homem feito, seria preciso antes estudar a criança “sincera” e “ingênua”, em suas diferentes fases.

O tema *As idéias educativas de um instructor persa*, por Leonora S. Holsapple (1922), também confere à educação um poder determinante para a formação de cidadãos civilizados. A educação é definida como “a força mais útil na civilização”, como “crédito divino” e uma “herança preciosa”. Mas também como “confiscável”, se não usada convenientemente. No entendimento da autora, sem a moral para dirigi-la, a educação se tornaria uma ameaça. Sugere-se mais elasticidade no método e programas para que o talento das crianças não seja prejudicado pelo esforço da adaptação. Aqui vale ressaltar a ênfase dada à educação das meninas, por serem vistas como as primeiras instrutoras de seus filhos. Os mais jovens, ao receber educação, estariam contraindo uma dívida não apenas com a família, mas com a comunidade, com o país, a humanidade e, especialmente, com Deus. Uma dívida que só poderia ser paga com uma vida dedicada ao serviço (HOLSAPPLE, 1922).

A ideia de educação como uma “dívida com Deus”, parece não encontrar ressonância na concepção de uma “educação científica” e “racional”, defendida por Maria Lacerda de Moura (1922), em seu trabalho *Educação Laica*. Para a autora, embora o racionalismo não exclua a análise do princípio divino ou energia cósmica, a ênfase está em poder experimentar a educação laica de verdade. “A evolução e não o milagre” (p.392). O dever da escola moderna, portanto, deveria ser o de não mais admitir a influência dos dogmas, até então prevalecentes. Na opinião da autora, a educação moral só se tornaria possível mediante a experiência e nunca por meio de regras de condutas estudadas no catecismo. O seu estudo questiona o direito dos adultos de se arvorarem em “diretores espirituais” das crianças e defende a ideia de que à escola moderna, cabe respeitar a individualidade do educando.

Em consonância com o objetivo da escola moderna, a proposta não seria a de privar o mestre de falar ou instituir uma postura de neutralidade absoluta. O seu papel deveria ser convertido ao de “dirigente do aperfeiçoamento das faculdades moraes, do desenvolvimento das faculdades intellectivas – com o fito único do bem estar colectivo” (MOURA,1922, p.383). A educação primária deveria ser racional e científica, sem espaço para discussões religiosas ou políticas. A autora propõe uma “educação clássico-filosófica”, necessária ao

espírito de tolerância e da inteligência amadurecida. Para a autora, em seu segundo trabalho, intitulado *A Educação Feminina*, a instrução não poderia ser o objetivo da escola primária, cujo fim seria o de preparar a inteligência, fortificando-a e desenvolvendo-a. “A escola deve ser o *atelier* do pensamento e não da instrução. E para ensinar a criança a pensar não há como a Natureza, os objetos que nos rodeiam, tudo que é concreto, o movimento, a acção. O livro fica para mais tarde”. (p.572).

No trabalho intitulado *Meios práticos para vulgarizar a educação phisycal*, apresentado pelo Dr. H. C. Tucker (1922), uma nova maneira de se estudar psicologia deveria ser o de focalizar a atenção na criança e não tanto no curso de instrução. Essa nova psicologia faria da criança o centro dos esforços de educar ou o centro do interesse na educação. O brincar é visto como “a primeira forma de educação” e “criação da vida”; como fator determinante para um desenvolvimento pleno. Para o autor, proveniente em grande parte desta psicologia, há também no mundo um novo espírito social e uma nova convicção de responsabilidade. “Pesa, então, sobre a sociedade a responsabilidade de garantir a todas as crianças o privilégio e a oportunidade do desenvolvimento no mais alto gráo possível, das suas faculdades intelectuais, moraes e phisicas”. (p. 976).

Contudo, vale ressaltar que a representação dicotômica da infância, atrelada a sua condição social, produziu uma cruel separação entre a criança para qual estava destinada a cidadania e a criança pobre para a qual deveria ser aplicado o “trabalho regenerador”. Entre os extremos, situava-se uma política perversa de controle e disciplinamento, mascarada sob o discurso moralizador. A educação representada como “a força mais útil na civilização”, como um “crédito divino” ou como uma “herança preciosa”, implicava no uso da moral para dirigi-la. É nesse contexto que os mecanismos de controle e punição assumem um caráter fundamentalmente moralizador.

Antônia Ribeiro de Castro Lopes (1922), professora de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal de Campos (Estado do Rio de Janeiro), com o tema *A criança e a escola*, inicia o seu trabalho, conceituando a escola como “tépido ninho”, onde a criança cresce no físico e no intelecto e, como verdadeiro elemento de progresso. Em contrapartida, quando mal organizadas e mal dirigidas, as escolas são comparadas a “matadouros”. No dizer da autora: “Escolas há que deixam, para todo sempre, um saibro de amargor, destroem-lhe as forças vivas do espírito, tornando-a triste, cometendo o crime de roubar-lhe a alacridade natural”. (p. 392). O professor deveria ser alguém que estivesse em condições de ajudar a criança a desenvolver suas faculdades, dando-lhe uma orientação lógica e racional. Se a escola é representada como um “tépido ninho”, a criança, por sua vez, é vista uma “débil plantinha”,

“ser melindroso” e “delicado” ou como “ser em formação” que exige métodos fundamentados no conhecimento anatômico, psicológico e psíquico.

Em seu texto *A Proposito da Pyscologia Infantil*, Joaquim de Prado Leite Sampaio (1922), Professor de Filosofia e Lógica do Atheneu Sergipense, ressalta que o estudo da psicologia infantil deveria atender à fase evolucional que atravessa o espírito da criança. Para ele o papel do educador era o de despertar e desenvolver na criança a imaginação, que é a sua vida psíquica. A educação, por sua vez, deveria ser uma força propulsora do pensamento infantil, que tende a ser autônomo. Somente deste ponto de vista e sob tais fundamentos, deveria ser norteadas a educação infantil. Para Alarico Freitas (1922), autor do trabalho *O problema do casamento e a educação da criança*, o problema da educação infantil, antes de entrar no domínio da pedagogia, deveria ser considerado a partir das pesquisas da psicologia experimentada. Nas palavras do autor: “E’ nesse domínio da psychoanalise que as sociedades scientificas devem consumir suas melhores energias promovendo no organismo social a sua necessária prophylaxia”. (p. 47).

O trabalho intitulado *A creança na escola* (para protegel-a observal-a), por Haydéa Fiúza de Castro (1922), representante da Liga de Professores, enfoca o tema da higiene infantil, como problema que exige prioridade. Para a autora, a infância é a fase onde repousam todas as esperanças de um povo. O papel da figura materna é, mais uma vez, exaltado: “É a mãe, com sua observação arguta e permanente, a criatura que mais apta está para proteger o filho, encontrando sempre o meio mais seguro para defendel-lo.” (CASTRO, 1922, p. 414). Para Antônia Ribeiro de Castro Lopes (1922), professora de Pedagogia e Metodologia da Escola Normal de Campos (Estado do Rio de Janeiro), em seu estudo *A creança e a escola*, o papel da mulher/mãe é indispensável para a educação da infância. Nas palavras da autora: “Só quando a mulher puder assumir, cabalmente, a responsabilidade que a natureza lhe confiou, o gênero humano se aproximará da perfectilidade” (CASTRO LOPES, 1922, p. 393).

Apesar do poder atribuído ao papel materno, na educação dos seus filhos, a autora reconhece que à grande parte das mães brasileiras falta o preparo pedagógico que as torne aptas à educação de seus filhos, como também falta aos mestres para que a escola supra a deficiência do lar. Ainda segundo Haydéa Fiúza de Castro (1922), o papel da professora deve ser o de “substituta das mães”, pela observação direta da criança e pela propaganda das noções de higiene e puericultura. Apesar da existência de um médico por distrito, responsável por inspecionar as escolas, a autora destaca a importância da revista de alunos, observando

sempre mãos, nariz, olhos, orelhas e cabeça. O médico e os professores deveriam trabalhar conjuntamente.

Ao indagar sobre o que liam os higienistas e o que faziam com o que liam, Gondra (2003) analisou leituras prescritas aos futuros médicos. Referindo-se as ideias defendidas pelo Dr. Renato Khel, eugenista brasileiro de forte militância no início do século XX, o autor destaca que para esse eugenista era necessário propagar a afirmação cartesiana de que cumpria à medicina a solução dos problemas que mais interessam à grandeza e à felicidade dos habitantes desse planeta, porque só pela higiene se poderia promover o bem-estar físico e moral e a evolução somática e intelectual da humanidade. (GONDRA, 2003). Os profissionais da medicina e do direito não perderam tempo em estabelecer relações estreitas entre infância, nação e a ideologia do Estado sobre a infância. O que equivale dizer que o discurso construído relegou a criança a uma posição de bem econômico da nação.

Ainda segundo Haydéa Fiúza de Castro (1922), os médicos escolares tinham vinte dias úteis para a inspeção de mais de vinte escolas a seu cargo, (prédio, corpo docente, alunos, guardiões, serventes, mobiliário) o que lhes permitia um máximo de permanência de um dia ou cinco horas por escola; tempo gasto para percorrer o prédio e registrar nos livros próprios a visita oficial, dedicando cerca de dois minutos a cada aluno, em escolas com uma frequência média de cento e cinquenta crianças. A autora chega a propor a criação de um programa de higiene infantil, considerado como de mais alta importância, se comparado com qualquer outra matéria ensinada nas escolas.

Comecemos por coisas mais simples que chamem para a escola a atenção dos paes: organizemos concursos de robustez entre alunos, confeccionados pelos médicos escolares, previamente, os programas de educação physica a seguir e uma tabela para classificação dos mais robustos, dignos certamente de prêmios que bem podem ser conferidos pelos poderes municipaes. Si o governo federal no intuito de fomentar a criação nacional, confere prêmios officiaes a animaes aqui nascidos e criados, vencedores de pareos que se disputam nos nossos prados, não cremos seja difícil que a Prefeitura conceda prêmios a crianças que, na escola, se destaquem pela robustez, animando dess'arte iniciativas que têm por fim precioso, protegendo a criança, melhorar a raça. (CASTRO, p. 424).

De acordo com as ideias presentes na comunicação *Assistencia medica escolar*, pelo professor Luiz Correia Soares de Araújo (1922), a educação, sem a higiene, seria algo incompreensível. A assistência deveria ser exercida de forma prática e conjunta pelo médico e pelo professor, os quais deveriam estudar as condições do meio em que vivem os alunos e exercerem sobre eles uma ação educativa mais direta. Em suas conclusões, Araújo (1922) concebe a escola como centro de formação para uma mocidade forte e sadia, impulsionada

por uma ação conjunta entre a ciência pedagógica e a ciência médica. Ressalta-se aqui o exercício da assistência no interior da escola, onde o médico e o professor deveriam buscar o aperfeiçoamento dos métodos, com o objetivo de melhor poder encaminhar as crianças ao almejado aperfeiçoamento da raça.

No entendimento do Dr. Moncorvo Filho (1917), o futuro, a grandeza e a força das nações dependiam intrinsecamente do melhor estado de robustez física e intelectual dos seus filhos. Ao tratar do tema *A hygiene escolar sob o ponto de vista científico – sua importância*, Dr. Moncorvo Filho (1917), além de considerar como imprescindível, diante dos progressos da civilização, uma organização médico-pedagógica, eleva a inspeção médica das escolas, como um dos mais belos serviços de que uma nação se possa orgulhar. Sob o tópico Higiene Escolar nas diferentes partes do globo, Dr. Moncorvo Filho apresenta um panorama geral, acerca de ações concretas a favor da higiene escolar, citando exemplos de países como a Bélgica, Suíça, Espanha, Itália, Dinamarca; Suécia, Noruega e Cuba.

No caso do Brasil, em face da dolorosa condição da nossa infância, o autor enfatiza o que denomina de indiferentismo incompreensível. Alguns problemas são destacados pelo médico higienista, como o da infância, criminosamente abandonada, e o problema da infância educada em colégios, sem o menor conforto, e mediante métodos prejudiciais de ensino. Para este higienista, não poderia haver nação capaz de conquistar o progresso, sem que antes lutasse pela convergência de todos os fatores em favor da proteção e assistência à infância, em cuja primeira linha estaria o cuidado com a higiene escolar, compreendida como obra meritória, humanitária e patriótica e como elevadíssimo expoente do progresso e da cultura de um povo.

Sobre o tema relativo aos chamados “Concursos de Robustez”, o Dr. Eduardo Meireles (1922), em seu trabalho *Conceitos de Robustez em face das doutrinas modernas*, apresentado na sessão da Higiene, sugere a alteração do nome “Concursos de Robustez”, para “Concurso para aproveitamento da amamentação”. Para o autor, esta substituição evitaria a confusão popular entre os conceitos de “robustez” e “obesidade”; impedindo desse modo a ceva de crianças, como meio de conquistar prêmios. Além disso, em sua opinião, não haveria garantias de que todas as crianças inscritas tivessem sido de fato alimentadas ao seio. O autor sugere a instituição do dever de aferir a robustez dos menores recolhidos em todos os estabelecimentos de crianças, dispensários ou hospitais, asilos ou recolhimentos, patronatos ou escolas, tanto como recurso de profilaxia, como para bem ajuizar das suas condições de resistência orgânica.

A ideia de que a mistura das raças representava um obstáculo ao desenvolvimento nacional e de que o branqueamento da população constituía um meio para eliminar as características indesejáveis foi fortemente refletida nos Concursos de Robustez, tendo em vista que tais eventos buscavam promover um ideal médico e racial de saúde, vigor e beleza. Como resultado, o corpo da criança assume centralidade no discurso eugênico e passa a ser o espelho da raça. Tais Concursos revelavam que a elite intelectual brasileira parecia menos preocupada com suas próprias crianças do que com as crianças pobres. Afinal, estas últimas representavam, graças ao seu potencial, enquanto força de trabalho, o futuro da nação brasileira. (WADSWORTH, 1999).

Surge à ênfase no cuidado das novas gerações com atuações destinadas a cuidar tanto do físico, quanto da mente. As crianças pobres deveriam merecer atenção redobrada, instrução básica, cuidados com o corpo, higienização dos costumes, treinamento profissional e disciplina rigorosa. Não bastava higienizar e sanear, era preciso atingir os costumes e hábitos da população e, isso envolvia diretamente o controle dos hábitos e dos costumes das crianças identificadas como pobres, delinquentes e ou desamparadas do Brasil. Com base nos referenciais de normal e patológico, diagnóstico e prevenção, doenças e cura, os médicos higienistas introduziram modelos disciplinares que se materializavam nas práticas cotidianas de controle (RIZZINI, 2008).

No trabalho apresentado por A. Gonçalves (1922), *Nos domínios da Pedagogia*, a escola deveria ser um sanatório onde essas crianças adquirissem, além dos conhecimentos que lhes formam o espírito, algo de energia que lhes revigore o corpo. No entanto, as escolas, sua estrutura física e seus métodos, são fortemente criticados como inadequados; com salas de aulas acanhadíssimas, sem luzes e sem ar. A crítica principal residia no fato de que as crianças se encontravam com a cabeça cheia de assuntos de pura abstração, constantes de programas considerados retóricos e contraproducentes.

Encontram-se em grande numero de escolas de nosso paiz uma freqüência de 50 e mais alumnos em uma sala com capacidade apenas para 20 creanças; ficam, portanto, amontoadas em bancos, carteiras em proporções de vidas, respirando um ar viciado e quase que inteiramente privadas de luz. E, assim, de escolares passam a assumir o papel do verdadeiro (sic) detentos, comprometendo as aspirações futuras e a própria vida. Este é o aspecto desolador dos institutos que se propõem ao completo remodelamento das sociedades (GONÇALVES, 1922, p.455).

Para a racional orientação do ensino, a inspeção médico escolar é também considerada uma necessidade urgente. A Escola Normal de São Paulo é citada como modelo, justamente,

por possuir gabinetes pedológicos. Para A. Gonçalves (1922), os professores também deveriam possuir conhecimento seguro dos rudimentos da medicina, tais como as condições da visão, audição e do sistema nervoso das crianças. Cada aluno deveria ser visto como um “caso novo”, que só o médico, aliado à pedagogia, seria capaz de desvendar. “Perguntarão, sem duvida, os que interessam pela sorte das populações infantis: como o professor poderá saber da existência das enfermidades, que affectam seus alunos, sem o conhecimento seguro dos rudimentos da medicina?” (p.456). Países como a Alemanha, Áustria, Escandinávia, Dinamarca, Japão e América do Norte são mencionados como referência por já possuírem, em sua organização escolar, um serviço médico.

No caso do Brasil, a representação da escola como um foco de difusão de moléstias contagiosas, justificava a ação intervencionista dos médicos higienistas. De acordo como Decreto de No. 779 de 9 de maio de 1910 – Instruções para o serviço de inspecção sanitária (BRASIL, 1910), a inspecção compreenderia a vigilância higiênica das escolas e do seu material; a profilaxia das moléstias transmissíveis e evitáveis; a inspecção médica individual dos alunos e do pessoal; a educação sanitária dos alunos e dos professores; incluindo a sistematização e fiscalização do exercício físico escolar. A educação sanitária dos alunos compreendia: inspirar-lhes ao amor ao asseio e ao desejo de habitar em casas cômodas, arejadas e bem iluminadas, nas quais fosse possível viver sem promiscuidade e sem aglomeração.

Aos professores seria vital o conhecimento dos preceitos higiênicos relativos à higiene das habitações e especialmente das escolas. Nesse contexto, a escola é concebida como um lugar privilegiado para a realização de um conjunto de práticas voltadas para o disciplinamento da infância. O trabalho intitulado *Do ensino ambulante de Hygiene Infantil e da escola popular de maternidade como excelentes medidas de preservação da infancia*, de autoria do Dr. Massillon Saboia (1922), defende o ensino da higiene como poderoso elemento para o êxito de qualquer campanha em benefício das crianças. Esse ensino deveria ser ministrado em aulas práticas e organizado mediante cursos ambulantes, de acordo com o que foi organizado na Itália, no ano de 1916, cujo objetivo principal deveria ser o de ensinar as mães com a criação de escolas populares de maternidade.

Dr. Carlos Seidl (1922), Diretor do Hospital São Sebastião, ao discorrer sobre o tema *Dos meios práticos de interessar as populações nas questões de Hygiene*, inicia suas ideias por afirmar que “o índice da civilização de um povo se afére pelo gráo de sua hygiene”. (p. 832). O autor destaca práticas de higiene coletiva e individual como fatores que influiriam poderosamente na saúde moral da população, ao proporcionar a saúde e o prolongamento da

vida humana. O primeiro meio destacado como fator de interesse nas questões relativas à higiene é a religião pregada por sacerdotes esclarecidos e cômicos da sua força moral e do seu poder social. Em segundo lugar, estaria o ensino prático da higiene, nas escolas primárias, ministrado por quem praticasse os preceitos ensinados. A escola primária é representada como “a sementeira das mães e dos pais de família de amanhã” e como meio prático e indispensável nas questões da higiene.

Contudo, Castro Lopes (1922), em seu trabalho *A criação e a escola* apela para a proficiência dos Governos, a fim de que sejam amenizadas as agruras da escola, a fim de que se possa evitar o atrofamento físico e mental das crianças. O que significaria uma nova orientação do ensino, fundamentada nos preceitos da pedagogia moderna, capaz de transformar a escola algoz da infância, com salas mal iluminadas, onde o ar é deficiente e não se renova, e o mobiliário é impróprio e escasso, em escola salutar e alegre. No trabalho intitulado *A tuberculose e a Escola*, apresentado na Sessão de Higiene, pelo Dr. Clemente Ferreira (1922), os programas das escolas também são fortemente criticados, pelos seus horários exigentes e sobrecarregados.

A ideia é a de que a família e o médico, além da escola, atuem como colaboradores importantes na obra de educação das crianças. A família encarregando-se da formação moral da criança e o médico melhorando o seu estado físico e intelectual; prevenindo e curando males. Definida como um complexo de ciências, a pedagogia moderna deveria ser comparada a um “mago inspirado” que conduz ao bem da humanidade. Para Castro Lopes (1922), o Brasil deveria despertar do marasmo e da indiferença e passar a cuidar com devotamento da criança. “E a infancia brasileira assim cuidada passará, em breve, a povo robusto, forte de physico e de espírito; intrepido e valoroso, apto ás conquistas da humanidade” (p.396).

No entanto, a própria história da proteção e assistência à infância atesta que, longe de concorrer para uma mudança nas condições concretas de vida dessas crianças pobres, com ou sem família, tais intervenções do Estado se traduziram muito mais numa estratégia de criminalização da pobreza. A pobreza e a periculosidade se mantiveram como componentes centrais na designação de crianças abandonadas ou que incorriam em delitos. O termo “menor” foi sendo associado aos segmentos empobrecidos e marginalizados da sociedade; ser menor era carecer de assistência, sinônimo de pobreza e periculosidade. Estava estabelecida uma associação direta entre criança e criminalidade.

No trabalho intitulado *A pessoa moral da Criação (Direito da Criança: ser educada)*, Dr. Manuel Bonfim (1922), inicia suas ideias por considerar que as crianças possuem duas sortes de direitos: o de criatura atual e o de indivíduo a realizar-se. No dizer do autor, “para

contrastar com a importância dos direitos reconhecidos há, para a criança, a iniludível contingência de ter de existir como ser incompleto, fraco, incapaz e quem a vida se impõe, objectivamente, como obediência e submissão”. (p. 525). Embora o autor enfatize a dependência da criança em relação à família, tendo em vista que é por seu intermédio que ela se comunica formalmente com o resto da sociedade, ao mesmo tempo, aponta a intervenção do Estado, na educação da infância, como exemplo expressivo da evolução jurídica no Brasil. No dizer do autor: “Como pretender - que a incúria, a estupidez, a cegueira moral, o egoísmo, ou o preconceito, da família tenham o direito (?) de sacrificar a inteligência da criança?” (p. 528).

Além disso, o Estado intervém no caso – para proteger a criança. A ignorância é uma grave incapacidade, uma evidente inferioridade a que se condena o indivíduo; a instrução é indispensável para a formação social do indivíduo, e o Estado, na sua função essencial de garantir o direito dos fracos, garante à criança no seu direito – de ter o indispensável preparo para a vida; garante-a e protege-a, mesmo que contra a desídia ou estupidez dos pais, que pretendessem condemná-la à ignorância e à inferioridade do analfabetismo. (BONFIM, 1922, p. 527).

As ideias apresentadas retratam a criança como incompleta, como “pessoa frágil” e “sensível” que se prepara para a vida moral, racional e metódica ou ainda como uma consciência, tanto mais a respeitar, atender e poupar. “E si compreendemos que a criança não pode deixar de ser infantil, temos de reconhecer-lhe, *ipso facto*, o direito de ser infantil, isto é, caprichosa, instável, frívola, vibrátil, e de afirmar a sua fantasia e a sua puerilidade”. (p. 529). As considerações não defendem a ideia de uma concepção reduzida da criança como uma consciência a corrigir ou como ser que só vale pelo que será. Ao contrário, a criança é representada como espírito que deseja e julga. Ainda nas palavras do autor: “Na criança, não há somente, o futuro indivíduo humano – pessoa moral, responsável; há também, uma consciência actual, e que intensamente – sente, sofre, deseja, idealiza”. (p. 531).

O trabalho intitulado *Do problema capital, urgente inadiável do Brasil nas suas duas faces*, por Meira e Sá (1922), destaca duas medidas como imprescindíveis: a difusão da instrução popular primária obrigatória, profissional e agrícola e o saneamento geral nas cidades e nos campos. Aqui se observa a ênfase na questão do saneamento, “tomado este vocábulo no seu sentido lato, a dizer – o physico, referente á saúde da mente, ao vigor do espirito, pela instrução e educação do povo” (MEIRA E SÁ, 1922, p. 444). O saneamento físico deveria vir acompanhado da higiene moral, mediante a instrução e educação. Caberia ao Governo Federal cuidar do ensino popular no sentido de auxiliá-lo, promovê-lo e fazê-lo

progredir por todos os meios aptos ao seu alcance, por decretar leis e regulamentos gerais que obrigassem os Estados e Municípios ao eficaz cumprimento desse encargo.

Além desse aspecto, há um forte incentivo, desde a escola primária, à instrução profissional e agrícola, nas zonas rurais, desenvolvendo-se aos cursos superiores e especializados de caráter essencialmente prático. Nas palavras da autora: “A Republica não pôde viver, nem, portanto, se desenvolver e se consolidar na ignorância do povo, ou descansando, como até aqui, no analfabetismo.” (MEIRA E SÁ, 1922, p.444). Deste a constituição outorgada, em 1824, à difusão da instrução primária emergiu como uma das primeiras iniciativas do Estado dirigidas às crianças e jovens. Nos anos seguintes, muitas vezes, justificada pelo aumento do número de menores abandonados, representados como um perigo à sociedade, a importância da instrução popular continuou sendo reafirmada.

3 Conclusão

Para a elite brasileira, educação e saúde se constituíram pilares indissociáveis. À educação caberia a função social de inculcar nos sujeitos, a prática dos hábitos higiênicos. O entendimento era de que sem essa inculcação, as medidas de políticas sanitárias seriam em vão. A reivindicação era a de que a escola assumisse um papel formativo da população, tendo como eixo norteador as representações da infância e de sua educabilidade. As crianças pobres deveriam ser moldadas, disciplinadas e retiradas do estado de abandono em que se encontravam, sendo a educação escolarizada vista como o locus privilegiado para a aplicação desses mecanismos. Sendo definida como a ciência que trata da saúde, com o duplo objetivo de sua conservação e aperfeiçoamento, a higiene deveria ser vista como uma ciência compósita, concebida como aplicação de outras ciências, com capacidade de penetrar, moldar e modificar a cultura global.

O objetivo tanto pedagógico, quanto moralizador, atribuído pelo discurso médico às práticas higiênicas, estava diretamente associado à higiene do corpo, cuja vulgarização era vista como uma espécie de guerra santa contra a ignorância. Transmitir noções de higiene e saúde ao povo significava emancipá-los, evitando toda e qualquer degradação física. Nesse contexto, a doença assume a dimensão de problema econômico, político e moral do país. (MORAES, 2000).

A noção da vida da criança, enquanto etapa de desenvolvimento altera radicalmente uma representação da infância que deixa de ser apenas objeto de caridade e passa a ser objeto de políticas públicas. É, justamente, a partir da escala evolutiva que começa a sustentar o

pensamento médico que a criança passa a representar o adulto em formação ou a ‘semente’ do adulto ideal. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a criança surge como o “futuro do homem e da pátria”, os discursos anunciavam a necessidade urgente de defender a sociedade da ameaça que essa mesma criança representava. (RIZZINI, 2004).

Duas instituições desempenharam, a partir de então, função decisiva na normatização da ordem social, especialmente no tocante ao enquadramento das crianças descendentes de famílias pobres: o poder judiciário e a escola. Embora, nem sempre a situação sanitária e educacional dos internatos correspondia às prescrições dos higienistas, cabe aqui sublinhar a força desses estabelecimentos na difusão dos preceitos higiênicos como disciplinamento de corpos e mentes. Sublinhe-se que são as crianças pobres, delinquentes e ou desamparadas as que, ainda hoje, ocupam a cena dos abrigos e instituições congêneres, ao tempo em que as ideias disciplinadoras e tutelares da infância continuam fortemente legitimadas no cotidiano dessas instituições. O que, certamente, contradiz uma proposta de educação crítica e emancipatória para crianças pobres, em instituições, seja de caráter público ou particular.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Luis Correia Soares. Assistência medica escolar. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- BONFIM, Manuel. A pessoa moral da Creança (Direito da Criança: ser educada). **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- BRASIL. Decreto Nº 779 de 9 de maio de 1910. Instruções para o serviço de inspecção sanitária. In: **Colleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
- CASTRO LOPES, Antônia Ribeiro de. A creança e a escola. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- COSTA, Firmino. A Formação do Professor Primário. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- FALEIROS, Vicente. Infância e processo político no Brasil. In: PILLOTTI, Francisco; Rizzini, Irene (Eds). **A arte de governar creanças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/ Editora Universitária Santa Úrsula/ Amais Livraria e Editora, 1995.
- FERREIRA. Clemente. A luta contra a tuberculose. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- FIÚZA DE CASTRO, Haydéa. A creança na escola (para protegê-la e observá-la). **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor.
- FREITAS, Alarico. O problema do casamento e a educação da criança. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- GONÇALVES, Antônio. Nos domínios da Pedagogia. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.

- GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos CEDES**, 23 (59), 2003, p. 25-38.
- HOLSAPPLE, Leonora S. As ideias educativas de um instrutor persa. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- KUHLMANN JR., Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In FREITAS, M. C. de (Ed), **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MEIRA E SÁ, F. S. Do problema capital, urgente, inadiável do Brasil nas suas duas faces. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- MEIRELLES, Eduardo. Conceitos de Robustez em face das doutrinas modernas. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- MONCORVO FILHO, Artur. **Hygiene infantil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- MORAES, C. S. V. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação**, Volume Especial (15), set-dez, 2000, p. 70-96.
- MOURA, Maria Lacerda. A escola laica. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- PEREIRA, Luiz Gomes. A Educação como Hábito. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- QUAGLIO, Clemente. Estudo sobre a atenção de cem crianças brasileiras. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: as raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2004.
- SABOIA, Massillon. Do ensino ambulante de Hygiene Infantil e da escola popular de maternidade como excelentes medidas de preservação da infância. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- SAMPAIO, Joaquim do Prado Leite. A Proposito da Pyscologia Infantil. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- SEIDL, Carlos. Dos meios práticos de interessar as populações nas questões de hygiene..), **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- TUCKER, H. C. Meios práticos para vulgarizar a educação phisycal. **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância** (Vol. I). Rio de Janeiro: Autor, 1922.
- VEIGA, Cynthia Greive; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas, **Educação e Revista**, 26 (1), jan 2000, p. 135-160.
- WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância do Brasil. **Revista Brasileira de História**, 19, 1999, p. 103-124.

ⁱ Mestre em Educação pela PUC-SP. Doutoranda em Educação na Universidad de Salamanca (USAL). Professora Assistente B de Psicologia da Educação no curso de Licenciatura em Pedagogia da UESB, Campus Jequié. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Subjetivação e Narrativas Territoriais – GESTO/UESB/CNPq.

ⁱⁱ Mestre em Educação pela PUC-SP. Doutorando em Educação pela Universidad de Salamanca (USAL). Professor Assistente B de Metodologia da Pesquisa Científica no curso de Licenciatura em Pedagogia da UESB, Campus Jequié. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Subjetivação e Narrativas Territoriais – GESTO/UESB/CNPq.

ⁱⁱⁱ Mestre em Educação pela UFBA. Professora Assistente B de Psicologia da Educação no curso de Licenciatura em Pedagogia da UESB, Campus Jequié. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Subjetivação e Narrativas Territoriais – GESTO/UESB/CNPq.